



Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo

PROCURADORIA JURÍDICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE JATAÍ

Parecer nº 205/2018

Processo Licitatório 012/2018

Pregão Presencial n 11/2018

Cuida-se de Processo Licitatório encaminhado a esta Procuradoria Jurídica, para análise e manifestação sobre impugnação ao Edital nº 11/2018, interposta por NISSAN DO BRASIL AUTOMÓVEIS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 04.104.117/0007-61, com endereço na Rodovia Nissan, 1500, Polo Industrial, na cidade de Resende.

Relatório

Alega a impugnante que da maneira proposta pelo Edital em referência, "haverá enorme restrição do universo de ofertantes", impugnando os seguintes itens:

1. "Item 6.2. Prazo máximo de entrega do veículo-é de 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data da assinatura do contrato."

Aduz que tal exigência impede a impugnante de participar desse certame, tendo em vista que o tempo de montagem final e envio ao concessionário ultrapassa esse período.

2. "airbags frontais e laterais"

Afirma a impugnante que "pretende ofertar veículo que apresenta apenas air bag duplo frontal, para motorista e passageiro. E tal exigência acarreta diretamente na elevação do preço do referido certame, não respeitando o princípio da economicidade. Que a diferença é irrisória e não pode restringir a participação de um licitante, em se tratando de bens tão comuns."

3. "Assistência técnica autorizada no município de Jataí-GO"

Argumenta que "possui assistência técnica a uma distância de 100 KM, na cidade de Rio Verde".

4. Resigna-se contra a possibilidade de participação de qualquer empresa no certame, o contraria a Lei 6.729/79 (Lei Ferrari) alegando que o fornecimento de veículo novo só pode



Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo

ser feito por fabricante ou concessionário credenciado.

Da análise fática e jurídica

É tempestiva a impugnação apresentada pela empresa NISSAN DO BRASIL AUTOMÓVEIS LTDA, pois conforme melhor doutrina, presentes estão os pressupostos dessa espécie de recurso administrativo, qual sejam: a manifesta tempestividade - até dois dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública do pregão; a inclusão de fundamentação e de pedido de reforma do instrumento convocatório.

As alegações enumeradas nos itens 1, 2 e 3 do relatório não têm fundamento jurídico, posto que fazem parte da esfera de discricionariedade da Administração Pública, ou sejam, estão dentro da margem de liberdade conferida pela lei ao gestor público, para decidir segundo critérios de conveniência e oportunidade.

Em situação análoga, o Tribunal Regional Federal da Primeira Região decidiu que a especificação do objeto da licitação encontra-se no campo da discricionariedade administrativa:

PROCESSUAL CIVIL. MEDIDA CAUTELAR. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO INTERPOSTOS CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DO RELATOR QUE INDEFERIU PEDIDO DE LIMINAR. DESCABIMENTO. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE RECURSAL. RECEBIMENTO DOS EMBARGOS COMO AGRAVO REGIMENTAL. AUSÊNCIA DE OMISSÃO E CONTRADIÇÃO NO DECISUM.

1. A orientação jurisprudencial vem-se firmando no sentido de que descabem embargos de declaração contra decisão monocrática do Relator (CPC, arts. 535 e 557, §1º), sendo legítimo, porém, o seu recebimento como agravo regimental, em homenagem ao princípio da fungibilidade recursal, desde que o recurso tenha sido interposto no prazo legal de cinco dias, como sucedeu na espécie.

2. Pretende a Embargante rediscutir questão já decidida, com o intuito de alterar a orientação jurídica adotada no *decisum*, que, de forma clara e objetiva, demonstrou que a exigência de profissional de nível superior, constante do edital, era razoável ante a magnitude do objeto da licitação, sendo que a opção do Administrador pela contratação de profissional com tal nível de formação situa-se dentro da margem de discricionariedade deferida ao agente público. Omissão inexistente.



Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo

3. Não há contradição na determinação de se corrigir o pólo passivo da ação, tendo em vista que apenas no mandado de segurança é que compete à autoridade coatora a representação judicial da entidade em cujo nome atue. Assim, quanto às providências tendentes à suspensão de medida processual, é competente o órgão de defesa judicial da entidade pública, na forma do art. 3º da Lei 4.348/64. Confira-se: AMS 2004.36.00.010688-4/MT, Quinta Turma, Rel. Des. Federal João Batista Moreira, DJ de 05/02/2007, p. 129.

4. Embargos de Declaração recebidos como agravo regimental a que se nega provimento. (Tribunal Regional da Primeira Região. Quinta Turma. Agravo Regimental na Medida Cautelar 200701000129240. Relator Desembargador Federal Fagundes de Deus. Data do Julgamento 01.08.2007). Grifo inserido

A escolha do prazo de 60 dias para entrega do veículo é razoável.

A escolha de carro equipado com airbags frontal e lateral tem por fundamento a maior segurança do motorista e passageiros de veículo oficial da Câmara.

A escolha de assistência técnica no município de Jataí-GO justifica-se pelo princípio da economicidade dos gastos públicos, do contrário, para manutenção de seus veículos oficiais, a Câmara teria um gasto extra com combustível para o deslocamento a cidades vizinhas e com diárias dos motoristas.

Com relação ao item 4, possibilidade de participação no certame de qualquer empresa, esta Procuradoria Jurídica, entendia que carro zero km era aquele com o primeiro emplacamento, vendido apenas por concessionárias e fabricantes.

Todavia, após consulta ao TCM-GO, esse posicionamento foi revisto, pois a Corte de Contas a que se sujeita a Câmara Municipal de Jataí, entende que o fato do licitante não ser revendedor autorizado não o impossibilita de ofertar veículo novo/zero Km e que previsão editalícia prevendo a participação no certame de apenas concessionárias e fabricantes configura restrição de mercado, e não prestigia o princípio da ampla concorrência.

Conforme Acórdão – AC Nº 03033/2017 do TCM-GO, cuja ementa é a seguinte: “DENÚNCIA. SUPOSTAS IRREGULARIDADES NO PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/16. AQUISIÇÃO DE VEÍCULO. CONHECIMENTO. IMPROCEDÊNCIA. POSSIBILIDADE DE REVENDEDOR NÃO AUTORIZADO OFERTAR VEÍCULO NOVO/ZERO KM. ARQUIVAMENTO.

Razão pela qual admite-se a participação no certame de qualquer empresa interessada que preencha os requisitos de habilitação.



Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo

Conclusão

Por todo exposto, tenho a impugnação apresentada pela empresa NISSAN DO BRASIL AUTOMÓVEIS LTDA, deve ser **julgada improcedente**.

É o parecer. S.M.J.

Jataí, 30 de maio de 2018.

Renata Silva Oliveira

Procuradora-Geral